

PKS

PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT

**REVISTA DE GEOGRAFIA
(UFPE)**

www.ufpe.br/revistageografia

OJS

OPEN
JOURNAL
SYSTEMS

OBSERVAÇÕES E REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO

Ezequiel Redin¹

1- Doutorando do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural (PPGExR), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil, email: ezequielredin@gmail.com

Artigo recebido em 18/02/2013 e aceito em 28/11/2013

RESUMO

O objetivo do trabalho é analisar as contribuições de Max Weber e Karl Marx para o desenvolvimento, entrelaçando com algumas reflexões sobre o capital social. Para tanto, debruçou-se na obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo” de Max Weber e o primeiro volume, “O capital” de Karl Marx, focando na análise relacional entre o fetiche da mercadoria e o desenvolvimento sustentável. Logo após é realizada uma discussão sobre o desenvolvimento, questionando a concepção que afirmaria ser um processo de escolhas. O estudo possibilitou identificar a complexidade da temática, a relevância dos analistas clássicos para as reflexões contemporâneas, sendo o capital social trabalhado no desenvolvimento local como uma potencialidade dos atores rurais que, no entanto, são influenciados pelo sistema atual e necessitam romper a concepção de que o desenvolvimento é um processo que resulta de decisões e escolhas corretas.

Palavras-chave: desenvolvimento, fetiche da mercadoria, desenvolvimento sustentável, capital social, escolhas.

OBSERVATIONS AND REFLECTIONS ON DEVELOPMENT

ABSTRACT

The objective is to analyze the contributions of Max Weber and Karl Marx for the development, linking with some reflections on the capital. To this end, leaned on the book "The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism" Max Weber and the first volume of "Capital" by Karl Marx, focusing on relational analyze the commodity fetish and sustainable development. Soon after it held a discussion on the development, questioning the concept argue that being a process of choices. The study identified the complexity of the subject, the relevance of classical analysis for contemporary reflections, and the working capital in local development as a potential of rural actors, however, they are influenced by the current system and they need to break the concept that the development is a process that leads to decisions and right choices.

Keywords: development, commodity fetish, sustainable development, social capital, choices.

INTRODUÇÃO

O texto objetiva refletir sobre as bases dos clássicos sociais em torno das teorias do desenvolvimento. Como aporte analítico, são usadas as contribuições de Max Weber e Karl Marx para compreender a especificidade do desenvolvimento, entrelaçando com as bases do capital social. Para tanto, debruçou-se na obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo* de Max Weber para responder à indagação: o que essa obra traria de contribuição para o capital social e o depósito deste na sociedade protestante? Adiante, foca-se no primeiro volume de *O capital* de Karl Marx, para analisar a relação entre o fetiche da mercadoria e o desenvolvimento sustentável, em outras palavras: o que a noção de Marx deixou como contribuição para analisar esta questão? Outra interrogação deste trabalho está centrada na compreensão das escolhas e no processo de desenvolvimento.

Nesse sentido, o trabalho está dividido em três partes. A primeira apresenta e discute as relações e implicações que a obra de Max Weber *A ética protestante e o espírito do capitalismo* traz para a noção de desenvolvimento e, complementarmente, para as reflexões sobre capital social. A segunda parte é uma tentativa de abranger as contribuições que a noção de “fetiche da mercadoria”, elaborada por Karl Marx na obra *O Capital*, traz para pensar a problemática do desenvolvimento sustentável, atualmente. No terceiro momento, direciona-se a discussão sobre o desenvolvimento, questionando a concepção que afirma ser este um processo de escolhas, tratando de conectar com o local, capital social e o comportamento racional das pessoas, diante dos padrões atuais.

DESENVOLVIMENTO DO PROTESTANTISMO E CAPITAL SOCIAL

Desenvolvimento, termo constituído de complexas e multifacetadas interpretações, sujeito à maleabilidade teórica, talvez, um labirinto inextrincável, profetizando algo positivo, onde se deve, sem interpelar, caminhar para alcançá-lo. Sem dúvida, um tema deveras amplo e, ademais, complexo. Partindo dessa perspectiva, analistas nacionais como Beltrão (1965), Cardoso (1993) e Furtado (1965) compõem uma reflexão crítica sobre o desenvolvimento; o primeiro pondera que a variável econômica coordenou ao longo da história (e ainda ancora) as mensurações e diferenciações entre as nações, tendo na veia momentos e tentativas de ruptura dessa concepção. O segundo, com viés cepalino, mas considerável questionador das teorias, chama de estilo perverso de desenvolvimento aquele balizado na exclusão e concentração, inquietações que deram propulsão ao debate brasileiro, sugerindo incorporar a análise de outras

dimensões, além da lógica econômica; o terceiro foi crítico e construtor da tese do mito do desenvolvimento. Concomitantemente, algumas fiéis contribuições para as teorias do desenvolvimento a nível internacional surgiram de Cowen e Shenton¹, Gilbert Rist, Jonathan Crush, Arthur Escobar, Ziauddin Sardar, Vincent Tucker, J. Pieterse e outros.

O forte duelo, transitando em dimensões pluralistas de entender o desenvolvimento, provocou uma ansiosa, dilacerada e inacabável discussão que perdura até a contemporaneidade. As ambiguidades presentes, talvez, sejam o cerne motivador da pesquisa sobre as teorias do desenvolvimento. Um viés corrobora que o desenvolvimento poderia estar diretamente ligado à ciência, a propulsora do primeiro. Outras abordagens críticas desmontam essa concepção para evocar visões atreladas a lutas sociais. Quiçá, o guia-orientador adotado em momentos díspares da história é o instrumento de uma estratégia orientada pelas forças ocultas que proporcionou, diante daquele contexto, determinado rumo à sociedade em questão. A história dada proporciona certo reconforto mental, pois já está consumada, tudo bem explicado, portanto, não há nada a ser feito. Isso nem sempre se torna verdade incontestável, pois é através destas experiências que futuras ações podem ser tomadas inconscientemente ou reinterpretadas. Aliás, a propósito do caráter generalista, ora interpretado por alguns analistas, estão as distintas configurações de sociedade ou as organizações de grupos similares que promovem uma caminhada característica, sendo as suas particularidades inerentes que diferenciam o “avanço” de algumas correntes em detrimento de outras. Os debates contemporâneos perpassam, inclusive, pelas antigas discussões clássicas que transgride a linha temporal.

A obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo* de Max Weber, escrita por volta de 1904/1905 e reeditada em 1920, foi uma das suas mais importantes contribuições nas diferentes áreas do conhecimento. A obra culminou no desafio de compreender, refletir e discutir aspectos sociológicos a partir da religião, diante de um sistema considerado capitalista. A mescla de análises de Weber alcançou contribuições, por exemplo, até nas teorias organizacionais, sendo considerado um dos precursores da pré-história² organizacional, juntamente com Smith, Marx, Durkheim, Taylor, Follet, Fayol, Gulick e Barnard. Essa constelação de contribuições marcou passos importantes, paralelamente, algumas análises do desenvolvimento estariam, grosso modo, atreladas às inferências analíticas.

¹ Para evitar cometer pecado capital, ou esquecer clássicos teóricos do desenvolvimento, pontuam-se apenas alguns dos analistas previamente estudados, ciente da diversidade de autores que tangenciam ou aprofundam o debate teórico sobre o desenvolvimento.

² A teoria das organizações é dividida em quatro fases: a) pré-história; b) moderna; c) simbólico interpretativo; e d) Pós-moderno. A classificação foi elaborada no texto: HATCH, M. J.; CUNLIFFE, A. L. **Organization Theory: Modern, Symbolic and Postmodern Perspectives**. 2ª ed. New York: Oxford University Press, 2006.

Nessa constelação de contribuições, volta-se para a compreensão da ética protestante, do capitalismo, do desenvolvimento e do capital social. Mas como ou onde captar a interação entre essas questões sob o viés de Weber? Inicialmente, analisa-se o material-base para compreender como o autor dialoga com as matrizes identificadoras, sejam elas culturais, racionais, espirituais, econômicas ou éticas. A experiência, os elementos comportamentais da sociedade, as transformações, as representações simbólicas e culturais, atravessamentos sobre a concepção ocidental e não ocidental parecem guiar o pensamento de Weber na compreensão da racionalidade dos povos e seu horizonte social.

De acordo com o avanço na obra, o analista traça comparativos entre o catolicismo e o protestantismo, esforçando-se em esclarecer as diferenças entre ambos, os avanços, racionalidades e a intencionalidade “atrás da cortina” embutida na religião. Ao mesmo tempo, foca mais no protestantismo. A escrita parece demonstrar diferentes expressões faciais, sendo que, em certos momentos, Weber coloca-se como indignado, em outros, conivente, espantado ou mesmo, às vezes, um crítico absolutista, ou ainda como agente passivo descritivo. Essas alternâncias na escrita provocam, na leitura, uma inquietação profunda, tentando procurar conexões, buscando a tese obscurecida no arcabouço de informações. Ao mesmo tempo em que critica o pensamento ocidental, incorpora-o para explicar a racionalidade da civilização. Aliás, Weber foi célebre estudioso da racionalidade e da burocracia, principalmente, sob a vertente econômica. A essência da obra se traduz num campo influenciativo, em que, a priori, existe uma força (contração) nas miríades relações sociais que provoca efeitos de ida e volta; ou seja, uma constante troca de valores, experiências e condutas, atuando no comportamento humano, mas que, ao longo do tempo, formam uma racionalidade mais sólida, definida e consequente. Escobar, analista da corrente pós-desenvolvimentista na mesma linha de Weber, é emergente crítico do conceito e prática do desenvolvimento, o que chama de uma ação hegemônica ocidental perante a sociedade mundial.

Quiçá, foi por esse motivo que, no calvinismo, identificam-se aspectos que influenciavam, auxiliavam e fortaleciam a lógica capitalista. Se para o catolicismo isso representava um pecado, para o protestantismo significava um valor ético, comportamento positivo, um ideal a buscar. Weber traduz de forma clara que a crença religiosa conduz diferentes percepções de mundo e condutas humanas baseadas em valores, movidas pela crítica aos contrários. Concomitantemente em que insere fichas a favor, desvaloriza o velho protestantismo auferindo que essa concepção tinha bem pouco a ver com o que, atualmente, é designado de progresso. Talvez, como afirma Weber, uma relação interna entre o velho espírito

protestante e a cultura capitalista moderna tenha aproximações nas características puramente religiosas e não com foco no materialismo e sua possível qualidade de vida. Grosso modo, o estudo de Weber trata de conectar a construção e consolidação do capitalismo moderno pelo viés das crenças protestantes, principalmente no calvinismo, para explicar como a religiosidade determinou um fenômeno singular marcado pela materialidade, pelas relações comerciais, visando ao lucro e acúmulo de capital.

O espírito do capitalismo conceituado pelo sociólogo alemão buscava transmitir a pureza clássica, desvinculando-se da religião, livre de preconceitos, sempre na busca de conceitos e recursos analíticos para avaliar a realidade, como o tipo ideal³ por ele mesmo preconizado. Nas concepções de Weber, o trabalho humano é visualizado como forma honesta, pura e ética de um indivíduo que objetiva crescer financeiramente, movendo dessa forma o sistema, através de suas capacidades pessoais ou de suas posses adquiridas. O capitalismo, forma de dominação da vida econômica, é um processo de educação persuasiva, selecionador rigoroso de sujeitos que se adaptam e estão dispostos a batalhar nesse campo, como vai lastrear Max Weber em seus escritos. Giddens (1994), ao fazer um comparativo entre Marx, Weber e o desenvolvimento do capitalismo, alerta para um cuidado em afirmar que existe uma refutação definitiva nessa obra sobre o materialismo de Marx, supersimplificando a avaliação de Weber.

O ascetismo protestante (ética) é abordado em menor expressão por Weber no luteranismo⁴, pois acreditava que este estaria muito próximo ao catolicismo. O sociólogo, então, debruça-se, principalmente, no ascetismo religioso ligado ao calvinismo, cujo líder foi João Calvino. Weber faz alusão às características do calvinismo, enfatizando a valorização do trabalho do homem e o acúmulo de riquezas, fazendo apologia até na forma de gastar o dinheiro, por exemplo, devendo evitar empregar o capital adquirido em futilidades, conduzindo um comportamento de acumulação. Nessa obsessão, o trabalho é considerado como a salvação, uma forma divina, apologizada na crença protestante. Assim, parece-nos que a teoria da predestinação é a orientadora da conduta humana, sendo que a salvação é a riqueza material, esforço advindo do trabalho sagrado, como expressa Weber.

As estruturas sociais compreendidas como as condições de vida, elementos culturais e religiosos transformam-se em valores fundamentais que podem nortear representações e condutas de pensamento sobre o mundo e o indivíduo, este último enquanto ator social. A partir daí, como compreender o desenvolvimento sobre a ordem analisada por Weber? Ou ainda,

³ Grosso modo, para os estudiosos de Weber, o tipo ideal é um instrumento conceitual que não representa a realidade, mas serve para compreender o todo a partir de uma noção geral.

⁴ Refere-se também ao Pietismo e Metodismo, cujo destaque é menor no texto e Weber.

como mensurar as influências do protestantismo? A reflexão dessas interrogações, talvez, passe pela análise do grau de importância que cada categoria teve ao longo do tempo. O protestantismo, mesmo com grau importante na influência do espírito capitalista, não serviu de parâmetro para Weber assinalá-lo como o principal movedor do progresso, pelo menos, enquanto, velho protestantismo. Isso fica claro, no texto, quando credita valor às ideias religiosas como sendo relevantes para o desenvolvimento da ordem econômica, em especial, para a Europa e Estados Unidos, mas logo reitera que não foi o único fator responsável, citando o avanço da ciência, a matemática (cálculo e álgebra, aritmética e contabilidade), a mecânica, o direito, a administração, as formas de organização da economia, etc.

Nessa perspectiva, o analista conduz a análise do capitalismo para chamar a atenção que este deve ser entendido como um sistema econômico, através de uma organização que usa os fatores de produção (terra, capital e trabalho) e a capacidade de gestão humana e racional. O espírito do capitalismo é um condutor, mas não é soberbo ao comportamento econômico. A legitimação da religião, em certa medida, auxiliou as formas e relações estabelecidas pelo sistema. Assim, o que essa obra traria de contribuição para o capital social?

Os atores desse estudo podem ser analisados pela apologia à autoconfiança (intangível), trazendo isso no campo em formas de coesão grupais com concepções parecidas, espírito coletivo, noções locais, traduzindo simbologias, crenças, modos de vida, tornando legítimo o protestantismo. A formação conjunta proporcionou, no longo prazo, características próprias, porém com noções parecidas, devido a reuniões e celebrações, constituindo em formas associativas e normas sociais e cívicas, atitudes e comportamentos aceitos que possibilitou crescer confiança e respeito entre os envolvidos. Isso fortaleceu o convívio e proporcionou incremento na qualidade e quantidade de vida da época. Essas características, estimuladas pela religião diante do sistema econômico prevalecente, podem ter auxiliado na ativação do capital social. Para Putnam (1996), o capital social está ligado com o grau de confiança, os valores partilhados em grupo, ligados à origem das estruturas e redes sociais. A cooperação, a confiança e os valores inatos de um grupo religioso, talvez, sejam o traço mais característico na tese de Weber para a contribuição ao capital social.

As ideias puritanas, a ética e a moral conjugada na crença do trabalho como salvação, fazem Weber induzir que influenciou o desenvolvimento do sistema econômico na sociedade⁵. A rede social protestante compartilhada de valores consolidados, com pouco ou nenhum espaço

⁵ A riqueza era condenada pela ética, só quando isso motivaria uma suposta tentação ao ócio, traduzido pelo autor como “ser vadio”.

para críticas desse comportamento, faz fortalecer a concepção e conduta mais ou menos homogênea, traduzindo uma organização em circuito, podendo regular internamente seus conflitos. Partindo do grupo estudado por Weber, a tendência é que a estrutura social constituída de padrões e uma mística quase que rigorosamente cumprida fortaleça a concepção do capital social ao longo do tempo. Da mesma forma que Weber, a religião foi tema de análise de Rist (1990) acrescentando nela um campo de forças capaz de atuar/influenciar, através de dogmas, representações religiosas e crenças tradicionais, o comportamento da sociedade. Para o autor, o desenvolvimento é uma ilusão coletiva, sendo que o mito é compartilhado por todos, não é nunca desafiado, sendo um plano de ação pronto, disponível em quaisquer circunstâncias. Designado como histórico, resultado de uma invenção coletiva que a sociedade, não conscientemente, dá forma. Assim, o mito é um mapa para a ação que isenta reflexões. É aceitável que ele seja uma crença compartilhada, defende o analista. Na mesma linha, Arrighi (1997) chama de ilusão desenvolvimentista o foco na industrialização da periferia e semiperiferia.

Essa interconexão aponta a conduta lógica, no caso dos protestantes, sendo movida por ritos ou formas de ação social orientada por um grupo, com tradição, valores e intencionalidades, formando a ação individual. O trabalho expresso por Weber sobre o protestantismo é entendido como uma vocação, em que as formas de labor e o esforço pessoal eram uma maneira de obter a purificação, aptos a serem escolhidos por Deus. O referido *desenvolvimento* foi uma consequência dessa crença divina. Em uma análise do crítico Crush (1996), ele diria que o desenvolvimento é um discurso, uma imaginação, permeado de relações de poder. Nesse sentido, o caso apresentado por Weber pode refletir duas situações de poder: a) quando é imaginado no plano espiritual, com indicações divinas, simbólicas, valorativas, vindas de crenças em Deus; ou quando, b) usada pelos líderes, indicando persuasão, coerção e sobreposição, a fim de criar ou manter crenças que interessam a determinado grupo de comando. Ambas são concomitantes e interligadas.

Cabe perguntar, nessa experiência, considerando o acionamento do capital social, ele não poderia ter sido depositado na sociedade protestante? Em uma análise prévia, pela forma incisiva do relato de Weber, a racionalidade foi creditada como única forma de salvação. No entanto, constituído um processo religioso pela crença embutida, toma padrões aceitáveis em toda a organização protestante, sendo vista com formas, normas e condutas reguladas pelos próprios indivíduos, processo que fortaleceu os laços sociais, interconectando simpatizantes. Criou-se, então, uma perspectiva cultural que trabalha no sentido de estimular o sistema

econômico. Sardar (1996), analista crítico do desenvolvimento, defende que as culturas tradicionais são capazes de solucionar seus próprios problemas, com seus sistemas de crenças e conhecimentos, com suas categorias e noções e com seus próprios parâmetros de desenvolvimento. O analista sustenta que as culturas tradicionais são entidades dinâmicas; elas estão constantemente se renovando e mudando, mas mudam de acordo com sua própria lógica e bases elementares, isto é, a ideia de que os humanos não têm uma, mas várias identidades. Identidade não é monolítica e estática, mas múltipla e em constante mudança. Assim sendo, o autor tenderia a concordar com a cultura protestante, eximindo-se das críticas ao termo desenvolvimento.

Pieterse (1995), crítico do discurso de cultura única, demonstra que a falta de compreensão de cultura deixa-a sem autonomia e encapsulada num discurso político de anticolonialismo, semelhante ao nacionalismo. Defende que a construção de uma identidade nacional é uma questão de luta cultural ligada à língua, à religião ou à região (conflitos sociais). A cultura pode se transformar em atos de exploração, abusos legais e outras formas de exercício de poder. Em certa medida, dialogando com o escrito de Weber, talvez predominem algumas formas de exploração do trabalho em detrimento do capital ou ainda as formas predominantes de poder. Dada essa hegemonia, os protestantes, acreditando no trabalho e na acumulação, por exemplo, mobilizavam recursos, melhoravam financeiramente como agentes de mudança, formando, como designa Bebbington (1999), fortes redes sociais, ou para o analista, o capital social. Já para Tucker (1996), a partir de uma perspectiva cultural, é necessário considerar as pessoas, os valores, as ideias e as crenças, a sua identidade e sentimentos. Nessa alusão, confere que o protestantismo se apoiou nesses elementos culturais, sob a base do trabalho, atingindo o sistema econômico.

O desenvolvimentismo foi estimulado, concepção severamente criticada pelos especialistas do último século, inclusive, podendo reportar críticas à obra analisada; por outro lado, é uma das literaturas precedentes sobre o desenvolvimento. O sucesso da rede social protestante, sintonizado por objetivos semelhantes, ou seja, através do trabalho se consegue dinheiro e salvação, moldou fortes padrões de convivência social. O protestantismo, em linhas gerais, auxiliou tanto na lógica racional do desenvolvimento (capital), quanto na potencialização do capital social, visto que os conceitos de cooperação e integração colocados por Weber não tinham como objetivo principal o lucro, mas uma consequência de seu trabalho, este último divino. Seria ingênuo não aceitar que esse suposto desenvolvimento não contribuiu para o capital social, e, talvez, seria ousado demais afirmar que repentinamente este foi o

objetivo em curso. Mais firme, trataria de assegurar que o protestantismo forneceu, através da fé do homem, um enorme estímulo ao sistema econômico, o que fez Weber trazer um novo olhar e contribuição teórica ao capitalismo. Um estímulo da religião, principalmente, a favor do capital, da burocracia e do Estado nos países ocidentais. No próximo tópico, avança-se nas ideias de Marx sobre o desenvolvimento sustentável e o fetiche da mercadoria, conectando trabalho, produto e capital.

FETICHE DA MERCADORIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O quadro analítico possui características ambíguas e contraditórias, quando comparado ao desenvolvimento sustentável, mas, concomitantemente, relações recíprocas, causais e lógicas, quando analisado o comportamento dos indivíduos e instituições atuais. A questão é: onde buscar um diálogo firme e consistente entre uma noção extremamente economicista, voltada para a atribuição de valor a algo material, mas ao mesmo tempo intangível, com as reflexões em torno do que se profetizou de desenvolvimento sustentável? Talvez o caráter intangível de ambas as análises pode trazer reflexões em voga, no debate contemporâneo. Marx, na obra *O capital*, trata de explicar o caráter fetichista da mercadoria, pois expressa que, uma vez o objeto transformado em mercadoria, o que é físico altera-se em uma coisa *fisicamente metafísica*. Trata-se de certa ilusão ótica compreender que Karl Marx parece deixar implícito que o caráter fetichista possa, quem sabe, ser um segredo que muitos não teriam desvendado.

Entre os volumes do capital, Marx se dedica, num primeiro momento, a analisar o fenômeno da mercadoria, quiçá por ser o elemento mais explícito do sistema capitalista, mesmo para indivíduos que não estão diretamente ligados na relação entre capital e trabalho. Trata de chamar de uma relação alienada, gerando assim o fetiche da mercadoria. Alternando a escrita entre economia e filosofia, Marx traz à tona os dois fatores que compõem a mercadoria: a) valor de uso: referindo-se à substância e ao conteúdo do valor; e b) valor de troca: tratando da grandeza do valor. Em face disso, o analista afirma que o caráter místico não provém, portanto, do seu valor de uso, menos ainda, do conteúdo das determinações de valor.

Ao negar o valor de uso, demonstra o caráter social característico do trabalho que produz mercadorias. Faz analogia com a religião para demonstrar que o cérebro tem vida própria e autônoma, sustentando relações entre si e com os homens. Nas mercadorias, isso aparece com os produtos da mão humana, o que faz Marx (1985, p. 71) afirmar: “isso eu chamo de fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias”. Os objetos de uso transformam-se em mercadorias

somente por serem produtos de trabalho privado, exercidos independentemente uns dos outros. Logo, essas aplicações indicam a cisão entre produto de trabalho em coisa útil e coisa de valor; realizam-se, exclusivamente, na prática, tão logo a troca tenha alcançado extensão e importância satisfatórias para que se produzam coisas úteis para serem trocadas, de modo que o caráter de valor das coisas já seja estimado ao serem produzidas.

As reflexões e nuances acerca da relação do homem com o produto deriva do que Marx chama de noção do trabalho humano abstrato, pois, ao confrontar seus produtos de distintas espécies na troca como valores, compara seus diferentes trabalhos como trabalho humano, mesmo não tendo consciência disso. Desse modo, faz o analista afirmar: “Por isso, o valor não traz na testa o que ele é. O valor transforma muito mais cada produto de trabalho em um hieróglifo social” (Marx, 1985, p.72). A obra parece apresentar uma inversão de valores no que tange as interlocuções que envolvem a natureza das relações sociais, pois trata de cooptar o indivíduo e dar atributos afetuosos e sentimentais à mercadoria. Marx contribuiu para mostrar ao capitalismo as estratégias que deveria reforçar como vitais para sua perpetuação, a exemplo das formas de divulgação e comercialização de produtos, sinalizando as mercadorias em segundo plano, mas fortalecendo os benefícios trazidos por ela, tal como vendendo um sentimento, solução, status, qualidade de vida, saúde, conforto, enfim, comercializam-se os elementos intangíveis da mercadoria.

Essa obra é um rico laboratório de observação, no momento em que evidencia as diversas características que compõem o capital e o misticismo das mercadorias, quando trata de apontar a magia e fantasmagoria que enevoa os produtos de trabalho na base da produção de mercadorias. Nesse ínterim, o trabalho é secundarizado e subtraído, diminuindo ou desvalorizando o serviço do homem na transformação do produto em mercadoria, contribuindo enfaticamente para o fortalecimento do capital. Marx (1985, p. 73) assinala que: “é exatamente essa forma acabada – a forma do dinheiro – do mundo das mercadorias que objetivamente vela, em vez de revelar o caráter social dos trabalhos privados e, portanto, as relações sociais entre os produtores privados”.

Assim, como entrelaçar o fetiche e o desenvolvimento sustentável? O que a noção de Marx deixou de contribuição, atualmente? Para responder a essas questões, é necessário fazer pequena alusão aos marcos que propulsaram o debate em torno da “sustentabilidade”. O termo “desenvolvimento sustentável” massificou-se após uma série de reuniões e agendas internacionais, como a Conferência de Estocolmo, em 1972, o Relatório de Brundtland, em

1987 (marco do principal conceito), Rio-92, etc⁶. Apesar dos esforços, Altieri e Masera (1995) afirmam que ainda existe uma grande lacuna entre a retórica do desenvolvimento sustentável e a realidade. Já Escobar (1995), relevante estudioso do desenvolvimento, traz à tona três discursos existentes no desenvolvimento sustentável: a) discurso liberalista; b) discurso culturalista; e o c) discurso ecossocialista.

Para nossa reflexão importa, em certa medida, trazer à tona os motivos que deram origem a esse debate, ao invés de discutir sua história ou questionar sua definição. O debate emergiu, após um crescimento desordenado, formas irracionais de uso dos recursos naturais, uma polarização da indústria, um estilo desenfreado de ocidentalização, traduzindo em sérios problemas ambientais, excluindo os menos eficientes, aumentando a diferença das camadas sociais, um desequilíbrio nas distintas dimensões. Percebeu-se que esse estilo de desenvolvimento, mais cedo ou mais tarde, iria provocar sérios problemas à reprodução social da sociedade como um todo. Em consequência disso, o próprio Marx já dava indícios que esse processo de globalização, via modernização e industrialização, culminando na revolução verde no rural e uma ocupação desenfreada no urbano (em nosso caso) com orientação do capital, poderia provocar sérios problemas. Giddens compreende a globalização como um processo de alongamento, na forma em que as modalidades de conexão entre distintas regiões ou contextos sociais se simplificaram no mundo, definindo-a como: “(...) a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa” (Giddens, 1991, p.60). Galvão (1998), crítico da globalização, chama de modismo e acusa Giddens de auxiliar na massificação da terminologia. Featherstone (1996) diria que um dos problemas de formular uma teoria sobre a globalização é adotar uma lógica totalizante, inferindo que estaria ocorrendo um processo geral de globalização, tornando o mundo mais homogêneo e unificado.

De qualquer modo, tomando por pressuposto um diálogo entre a globalização e o desenvolvimento sustentável, Carley e Spapens (1998) apontam que a globalização está trazendo à tona uma agenda do desenvolvimento sustentável. O legado da nossa era industrial adverte para a restauração da balança ecológica global e local, devido aos inúmeros efeitos negativos causados pelo sistema. Os padrões de consumo estão causando e passando por limites arriscados para o desenvolvimento de uma economia global, onde não há espaço para os perigos da poluição e dos resíduos (Carley e Spapens, 1998). Talvez pare, nessa análise, as

⁶ Não é objetivo desse trabalho fazer uma retomada dessa retrospectiva, pois já está superada na literatura, pelo menos no viés tradicional.

consequências do caráter fetichista da mercadoria que Marx introduziu analiticamente. O problema de a mercadoria desempenhar uma influência e sedução nas pessoas (ou como diria o analista “uma ilusão”) acarreta um desenfreado consumismo, induzido pela suposta globalização que, em certa medida, proporcionou facilidades no acesso e contato da mercadoria. Esse fenômeno implica em consequências negativas à natureza, considerando-se insustentável no meio, causando dificuldades em consolidar e avançar, também na ideia do desenvolvimento sustentável. Marx já mostrava indicativos do poder sobrenatural da mercadoria. Carley e Spapens (1998) apontariam para a necessidade de desmaterialização do crescimento, isto é, o preço que se está pagando pelo crescimento é alto demais. Escobar (1995), após analisar diferentes discursos, aponta que, mesmo existindo a tentativa de evidenciar a sustentabilidade da natureza, ainda não se conseguiu ultrapassar a lógica do capital do sistema econômico.

O fetiche da mercadoria contemporâneo também pode ser resultado de um estímulo induzido pelas organizações, através de propagandas persuasivas e publicidades em massa, moldando padrões na sociedade, sustentando um estilo de vida ligado à mercadoria, fruto do imaginário humano, não vendendo mais a utilidade do produto, mas desejos, sonhos, prazeres, sentimentos, status, ideias e conceitos. Por outro lado, certa pressão social está conduzindo as corporações a adotarem um comprometimento social como o selo verde, não podendo (teoricamente) sacrificar o meio ambiente por finalidades competitivas. Contudo, a ação do capital faz as organizações usarem essa estratégia como uma agregação de valor, atuando pontualmente ou muito pouco no sentido da sustentabilidade ambiental, banalizando a terminologia e comercializando valores “sustentáveis” em seus produtos. Uma readequação em favor do capital, estimulando o consumo.

Essa configuração capitalista inerente dos processos sociais fortalecido pelo caráter normativo ocidental, via de regra, converge para formas de poder atreladas pela eminente ambição de dominar a natureza, o sistema de produção, as forças produtivas, ou seja, coroado pelo valor de troca da mercadoria descrito por Marx. A natureza, como valor de uso, proporcionou que a exploração econômica reproduzisse, culminando no valor de troca, concomitantemente. Analisando na perspectiva fetichista de Marx, a natureza visualizada como um espaço simbólico, valorando elementos como lazer, tranquilidade, descanso e apreciação local, transporia um valor de uso e passaria à materialização da natureza (valor de troca). Se, por um lado, o rural é figurado como outro modo de ligação ao capital, por outro, uma forma, quem sabe, de preservar os recursos naturais – para Marx, uma coisificação. Ambas as proposições são incoerentes com a lógica do desenvolvimento sustentável *stricto sensu*.

A banalização, a obsolescência e a vulgarização do desenvolvimento sustentável acabaram virando uma mercadoria comercializável. Organizações vendendo “sustentabilidade” nos discursos, provando as vistas grossas uma adaptação do capitalismo a “novas” tendências da sociedade (os consumidores). A estratégia institucional do desenvolvimento sustentável, conforme Mielgo e Guzman (1995), equivale a entender a busca do desenvolvimento sustentável pela concepção do crescimento econômico, o que é ao menos contraditório; no entanto, diante do cenário capitalista, é a única racionalidade aceitável no momento. Veiga (2006) demonstra que o ser humano não está disposto a abrir mão do presente conforto para facilitar a vida dos que estarão pelo mundo daqui a dez mil anos. Na concepção de Marx (1985, p. 77), “seu caráter fetichista parece ainda relativamente fácil de penetrar”.

Dialogando com o marxismo, Froehlich e Monteiro (1998) escrevem sobre o campo da interdisciplinaridade, técnica e desenvolvimento sustentável, apontando duas posições para a sustentabilidade: a) ambientalismo que trabalha com a noção de entropia e, b) marxismo que enfatiza as relações sociais de produção. Existe a necessidade de uma transformação como mudança substantiva de paradigma, fazendo alusão ao comportamento da sociedade para as questões ambientais emergentes. Apoiados em autores clássicos, sustentam uma nova mentalidade que reverta a mercantilização crescente da sociedade.

Dando continuidade à argumentação, vale lembrar que proposições que atendem para o desenvolvimento sustentável precisam superar a lógica do individualismo, estabelecendo limites de concepção racional, um processo lento e complexo. Apesar das transformações observadas historicamente na sociedade, Marx parece dialogar com vários fenômenos do comportamento do capital contemporâneo. Analisar o fetiche da mercadoria no terreno das conspirações discursivas do desenvolvimento sustentável é, antes de tudo, sintonizar algumas premissas do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias.

Nesse sentido, o fetichismo da mercadoria pode ser abastecido de argumentos que sustentam que o desenvolvimento sustentável é uma mercadoria com valor de troca, especialmente, tendo caráter de classe. Não aceitando tal hipótese, cabe seguir a linha argumentativa de que essa forma de relação entre trabalho, capital e fetiche deve sofrer um processo de ruptura, traduzindo em uma nova reorganização da sociedade, onde a produção deve superar o poder das formas mercantis e explorações sociais, culminando em nova estrutura social. Em certa medida, somente, uma ebulição do sistema, colidindo com revoluções cívicas ordenadas, travando uma batalha eminente contra as formas dilaceradas de poder e hierarquia poderia trazer algo diferente do que se pode imaginar em curto prazo. Diante dessas opções, a

tendência de optar por uma adaptação de meio termo, talvez, seria uma pequena ação, diante desse sistema dominante e regrador. Naturalmente, um objeto convertido em mercadoria, guiado pelo valor de troca, poderá continuar cultuando nosso futuro. Ademais, o processo de escolhas da sociedade em questão definirá as estratégias sociais de intervenção, porém, adiante se verá que esse processo é mais complexo do que se imagina, em termos de desenvolvimento como um simples ato de escolhas.

ESCOLHAS, DESENVOLVIMENTO E CAPITAL SOCIAL

Primeiramente, recorre-se à definição hermenêutica do termo *escolher*, conforme o minidicionário Aurélio (1993, p. 219), significa: “1. preferir; 2. optar (entre duas ou mais opções ou coisas)”. Nesse contexto, a palavra decisão também toma sentido, sendo que *decidir* conceitua-se como: “1. determinar, resolver; 2. solucionar; 3. dar decisão” (Ferreira, 1993, p.161). Diante dessa perspectiva conceitual, podem-se levantar algumas questões, como pano de fundo da argumentação, tais quais: a) o que seriam escolhas corretas? b) decidir pelas políticas de desenvolvimento atuais é a melhor escolha? e c) escolhas corretas para quem? Compreender os significados ou as intencionalidades em jogo pode, em certa medida, auxiliar na resposta a essas interrogações expostas.

Seria ousado demais afirmar que decisão e escolha correta é a condição essencial e única para resolução dos problemas e estas fornecerem as melhores soluções para o desenvolvimento, nesse caso, o rural. Essas preferências momentâneas no tempo e espaço têm influências significativas no entorno social. Em face dessa consideração, evidentemente, que as escolhas (ou opções) são influenciadas por inúmeros fatores sociais, culturais, político-institucionais, econômicos, religiosos, legais, ambientais, intergeracionais, sociais, familiares, entre outros. Sendo o rural um processo dinâmico (não estático), sofrendo influências, de acordo com cada realidade, existe uma multiplicidade e heterogeneidade constante denotando distintas formas e racionalidades vinculadas a experiências vividas e científicas que influenciam a decisão dos atores responsáveis pela escolha. Em outras palavras, cada escolha é única em um determinado tempo e espaço, pois pode ser modificada em outra ocasião e local.

Portanto, torna-se difícil fazer uma escolha universal (seja ela apenas a nível local) tratando de representar os interesses e particularidades da maioria. Isso pode ser uma tarefa mais complexa do que parece. Talvez, poderia inferir que tais escolhas estariam vinculadas ao desenvolvimentismo, perspectivando o crescimento, como aponta Franco (2004), onde ainda hoje continuamos cultuando uma cultura econômica. Franco (2004), pesquisador sobre

desenvolvimento local, apoiado em leituras de Tocqueville, Jacobs e Putnam, menciona que os analistas estavam constituindo umnexo conotativo entre desenvolvimento, sociedade civil e democracia, tratando de esclarecer que o desenvolvimento tem conexões com rede e democracia.

Nessa concepção, trataria de questionar a democracia como possibilidade de escolhas plenas, em certa medida, a sua constituição atual, ainda impõe limites democráticos. Logo, nossas escolhas ainda estariam atreladas à concepção de um grupo privilegiado que lança seus interesses e impõe sua vontade a outros indivíduos em busca de algum benefício. Franco (2005) apontaria em outro texto que não pode existir desenvolvimento sem democracia, implicando em uma melhoria do processo de democratização, de democratização da democracia. Nessa lógica, concorda-se com o analista que pode existir crescimento (variáveis econômicas) sem democracia, no entanto, não pode haver, assim, desenvolvimento. O autor não trata do desenvolvimento replicado de uma noção extremamente anticapitalista, mas corrobora que deve ser analisado com cautela.

Em voga, está o papel dos sistemas econômicos, ditando as regras do jogo, colocando algumas opções para o processo de decisão. Caberia, assim, trazer até que ponto as escolhas são totalmente livres e, quem sabe, o que elas representam para a continuidade e fortalecimento da lógica dominante e subordinadora do capital (liberdade?). Por conseguinte, se existem restrições ou poucas opções de decisão, talvez, o percentual de fazer uma escolha verdadeiramente correta é baixa. Aliás, tratando dos tomadores de decisão, quem estaria apto a fazer essa escolha correta: os atores rurais, os gestores públicos, os técnicos, os pesquisadores ou uma escolha conjunta entre todos os atores sociais? Aliás, a escolha pode ser individual ou coletiva? Tratando-se de uma escolha coletiva, lógica do capital social, ela teria a capacidade de representar todos os integrantes da rede? A escolha da maioria seria uma escolha correta? Como saber? Para identificar se uma escolha é correta ou não, quase sempre, precisa-se reportar à história, traçando um quadro comparativo entre os pontos positivos e negativos, como uma balança, identificando aquilo que pesou mais. Muitas vezes, o processo histórico ainda não é capaz de identificar corretamente, pois ficaria difícil mensurar se a outra opção, talvez, não teria sido melhor. Logo, parece que o maior problema, nesse caso envolve o termo “correto”, pois somos requeridos a todo tempo a fazer escolhas, sejam elas boas ou ruins, fáceis ou difíceis.

Para avançar nessa discussão, trata-se de distinguir qual desenvolvimento está sendo referido. Se o desenvolvimento for aquele seletivo, linear, excludente e homogeneizador, um viés tradicional sobre os problemas desse progresso, talvez, muito ligado às noções econômicas,

a opção é limitada. Esse viés economicista ocidental é criticado por diversos analistas como Beltrão (1965), Cardoso (1993), Furtado (1965), Morin (1984), Escobar (1995, 1996), Sen (2000), Sachs (2000), para citar alguns. Para resumir todas essas ideias, referenciamos Sachs (2000, p.11): “... e todos eles relatam a mesma estória: o desenvolvimento não deu certo”. O próprio Franco (2004) faz menções críticas ao Brasil da ditadura militar produzindo um milagre em termos de crescimento econômico, expressando a intoxicação ideológica econômica desse fenômeno, que alguns economistas não se libertaram dessa visão reducionista. Froehlich (1999) reafirma as críticas à concepção dominante de desenvolvimento, estando à mercê de debates e reflexões que tenta superá-la, devido aos supracitados efeitos negativos. É preciso conduzir o desenvolvimento local, evitando lógicas extremistas de particularismos nos sistemas sociais e políticos para existir uma sintonia entre o local e o nacional/global, afirma o analista.

Franco trabalha o capital social e desenvolvimento local, quem sabe, na perspectiva de acreditar que existe a necessidade de constituir novas alternativas ao que se designa como desenvolvimento, quando escreve: “E, ou admitimos que o desenvolvimento se aplica a sociedades humanas ou, então, é melhor abandonar o conceito de desenvolvimento” (2004, p. 4). Putnam, analista precursor em mensurar atributos do capital social, conceitua-o como “características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (1996, p.177). Assim como Putnam, Bagnasco (2001), Guerrero (1996), Yruela e Guerrero (1994) também analisam o caso italiano de desenvolvimento local. Já Pecqueur (2005), trabalhando em uma perspectiva mais territorial, coloca que são os recursos presentes em determinado espaço geográfico que podem ou não ser ativados pelos agentes de desenvolvimento. São os choques entre diferentes atores que definirão a ativação ou não dos recursos existentes em determinado espaço geográfico. Esta ativação é um processo que depende da organização dos atores e de sua capacidade de articulação política, bem como das relações de poder existentes. Torna-se evidente que não haverá unanimidade em relação à decisão de ativar recursos e da forma como fazê-lo. O sociólogo espanhol Manuel Castells, trabalhando o tema identidade, coloca que uma mesma comunidade pode conter identidades múltiplas, podendo originar tensões e contradições, seja na autorrepresentação, como na ação social (1999). Em linha geral, Guerreiro (1996) aponta para o desenvolvimento endógeno através da mobilização dos recursos disponíveis pela comunidade.

A maioria destes últimos pesquisadores apostam no desenvolvimento local e no capital social (em maior ou menor grau), assim como Franco (2004), em que capital social é rede social,

similar à definição de Bebbington (1999), Jacobs e demais especialistas no tema. Abramovay (2003) citaria Coleman (1990), Putnam (1993), Bourdieu (1979) e outros analistas para tratar de elementos integrados à noção de capital social como: confiança mútua, cooperação, reciprocidade e recursos potenciais. Nesse sentido, as visões em torno do capital social deveriam ultrapassar a lógica do desenvolvimentismo. Superada essa concepção, quem sabe, o local pode ingressar como agente promotor de avanços no cenário rural.

Na perspectiva de Putnam, não há relação economicista, alegando que sua análise sobre a comunidade cívica tinha uma preocupação com o destino da sociedade, as formas da governança e a cidadania, superando assim a noção do econômico. Nesse ínterim, pensaria nas formas endógenas de desenvolvimento local. Nessa concepção, as decisões e escolhas estariam vinculadas à participação, principalmente, dos atores sociais, um processo interno. A questão continua: os agentes do processo têm a capacidade de fazer as melhores escolhas? Se sim, esta ideia de desenvolvimento poderia gerar bons frutos, quando totalizada. Se não, voltaríamos, novamente, à estaca inicial. Por outro lado, se a concepção for exógena, as decisões estariam, em certa medida, desligadas dos anseios dos atores locais. Logo, na lógica endógena, a participação e o empoderamento dos atores a nível local, fornecendo formas de participação nos rumos e caminhos construídos, não pode estar vinculado às “escolhas corretas”, mas, simplesmente, escolhas. Além das escolhas, é necessário ter um leque considerável de opções para a tomada de decisão. Amartya Sen (2000) trabalharia na perspectiva da liberdade de escolhas como princípio democrático e livre para o desenvolvimento. Dar a possibilidade para as pessoas escolherem, mas isso não significaria, a nosso ver, que fariam escolhas certas. Essa lógica tenderia a trazer à tona uma sobreposição de valores, do que é certo ou errado, do que é científico e senso comum, enfim.

A lógica racional do modelo econômico, baseado em um modo de produção padrão (quem sabe, *comoditizado*), processo influenciado pela globalização, formam estruturas institucionais, políticas, sociais e legais que aprisionam nossa capacidade de pensar além dessa racionalidade, implicando no comportamento sob o próprio modo de vida (campo vivido) e suas contingências em torno, podem restringir o leque de opções, pelo menos no campo pragmático. Assim, retorna-se à discussão, fazer uma escolha fora da lógica capitalista não poderia ser uma escolha certa? Para exemplificar, um grupo de atores rurais identificados por traços culturais e territoriais pode decidir não produzir alimento para o mercado ou ainda não cultivar sua terra; poderia estar ou não fazendo uma escolha correta? Sugestivamente, muitos responderiam que não é a melhor escolha e, logo, argumenta-se que eles não estão cumprindo

com a noção da função social da terra. A lógica politicamente “correta” pode levantar discussões, muito além das escolhas e das coisas certas.

As políticas de desenvolvimento no Brasil rural contemporâneo, quem sabe, ainda não teriam a capacidade de contemplar as distintas particularidades, diversidades, e unicidades rurais, apesar de terem tido uma evolução importante nos últimos anos, superando o viés setorial (agrícola) para um viés mais amplo. Seguindo nossa tese, a orientação do Estado ainda não seria suficiente para superar a lógica de universalização de alternativas, para uma escolha que se desligue da suposta subordinação do sistema. Formas de cooperação solidárias e territoriais que valorizam o local podem conduzir a caminhos mais sólidos em busca de trazer direitos fundamentais da sociedade, isto é, a plena democracia possibilitando decidir, sem amarras com *outrem*, visando ao benefício mútuo.

Augusto Franco debruçou-se em compreender o motivo por que determinadas comunidades são vivas, florescentes, empreendedoras e protagonistas em detrimento de outras. Partindo do pressuposto que as pessoas são as mesmas, os recursos e o ambiente similares – e, apoiado em importantes teóricos como Tocqueville, Dewey, Arendt, Jacobs e Putman – identificou que o capital social não pode ser comprado ou depositado, mas são os laços invisíveis ou as conexões ocultas que estão interconectando as pessoas. Logo, descobriu que capital social é uma rede social, mesma conclusão que Jacobs identificou em 1961. Em 2011, Franco escreve:

Foi (e ainda está) muito difundida a ideia de que redes sociais são formadas a partir de escolhas racionais feitas pelos indivíduos. Segundo essa ideia as redes seriam voluntariamente construídas com propósitos definidos e baseados nos interesses dos indivíduos. Quem pensava assim, evidentemente, avaliava que podem existir seres humanos sem redes, quer dizer, que primeiro existem os indivíduos (já plenamente humanos) para, depois, se esses indivíduos resolverem se conectar, só então surgirem as redes sociais. Nos novos mundos-fluzz, entretanto, o conceito de indivíduo – uma caracterização biológica ou uma abstração econômica e estatística – tende a perder sentido para dar lugar à pessoa, que é, afinal, quem existe de fato como ser humano concreto (Franco, 2011, p. 59).

Nesse sentido, o autor indica implicitamente a ideia de que, na concepção de rede, as escolhas sofrem interferências externas, ao afirmar: “Nossas escolhas racionais raramente são nossas: reproduzimos padrões, imitamos comportamentos e cooperamos com outras pessoas sem ter feito individualmente e conscientemente tais escolhas” (Franco, 2011, p. 82). Assim, finalizaria a argumentação, afirmando que o desenvolvimento ultrapassa a concepção de um processo que resulta de decisões e escolhas corretas, pois a predeterminação embutida na sociedade impede as pessoas de fazerem escolhas sem influências. Ou como Franco (2011, p. 61) diria: “Toda tentativa de predeterminar esses caminhos é, na verdade, uma tentativa de

impedir que a rede escolha seus caminhos. O que vai acontecer depois vai acontecer depois e não pode ser determinado por quem está antes”. Por fim, é necessário apostar na democracia, participação e nas formas colaborativas de trabalho, em prol do benefício mútuo, sintonizados em busca de uma sociedade igualitária e com menor nível possível de desigualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto argumentativo referendou-se em três pilares centrais: a) desenvolvimento do protestantismo e capital social sobre as bases de Max Weber; b) o fetiche da mercadoria e o desenvolvimento sustentável sobre o marco teórico de Karl Marx e, c) as escolhas, o capital social e o desenvolvimento. A argumentação central é que o protestantismo, em linhas gerais, influenciou a lógica do desenvolvimento (capital), o que interferiu no capital social da sociedade em rede. A religião, sobre as bases da fé, estimulou o sistema econômico.

O fetiche da mercadoria sustenta que o desenvolvimento sustentável é uma mercadoria com valor de troca, com caráter de classe. A luta de classes é uma estratégia em curto prazo para estabelecer um processo de ruptura com as formas mercantis e explorações sociais, interpretando sobre as bases de Marx. Por último, as escolhas sofrem influências em todos os sentidos, culturas e formas políticas; portanto, o desenvolvimento não é resultado de um processo de escolhas corretas, mas de escolhas resultantes das redes sociais colocadas em metamorfose em um intenso processo de aprendizagem social, onde os efeitos das decisões adotadas, somente, podem ser avaliados posteriormente.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. Org. ABRAMOVAY, R. In: O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

ALTIERI, M.; MASERA, O. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: Almeida, J. e Navarro, Z. (orgs.): Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997, p.73-105.

ARRIGI, G. A ilusão do desenvolvimento. Tradução: Vasconcelos, S. G. T. Petrópolis: Vozes, 1997.

BAGNASCO, A. A teoria do desenvolvimento e o caso italiano. In: ARBIX, G; ZILBOVICIUS, M; ABRAMOVAY, R. Razões e ficções do desenvolvimento. São Paulo: Edusp/Editora Unesp, p.349-363, 2001.

- BEBBINGTON, A. Capitals and Capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty in the Andes. London: IIED-DFID, Policies that work for sustainable agriculture and regenerating rural economies, January 1999, 54 p. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X99001047>>. Acesso em 15 de Set. 2011.
- BELTRÃO, P. C. Sociologia do desenvolvimento. Porto Alegre: Globo, 1965.
- CARDOSO, F. H. As ideias e seu lugar: ensaio sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis. Vozes, 1993.
- CARLEY, M.; SPAPENS, P. Sharing the World: Sustainable Living & Global Equity in the 21st Century. London: Earthscan, 1998.
- CASTELLS, M. O Poder da Identidade. In: A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. II. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.
- COWEN, M. P.; SHENTON, R. W. Doctrines of development. Londres: Routledge, 1996.
- CRUSH, J. Power of Development. (introduction). London/N.Y.: Routledge, 1996.
- ESCOBAR, A. El desarrollo sostenible: dialogo de discursos. Ecología Política. Nº 09. Barcelona: Fuhén – Icaria, 1995.
- ESCOBAR, A. Imagining a post-development era. In: CRUSH, J. Power of Development. (introduction). London/N.Y.: Routledge, 1996.
- ESCOBAR, A. The Making and Unmaking of the Third World Through Development. In: Rahnama, M.; and Bawtree, V. The Post-Development Reader. London & New Jersey: Zed Books. 1996. p. 85-93.
- FEATHERSTONE, M. Localismo, globalismo e identidade cultural. Revista Sociedade e Estado, v.11, n.1, p. 09-42, jan. /jun. 1996.
- FERREIRA, A. B. H. Minidicionário da Língua Portuguesa Aurélio. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- FRANCO, A. Capital social e desenvolvimento local. 2004. Disponível em: <<http://empreende.org.br/pdf/Capital%20Social%20e%20Cidadania/Capital%20social%20e%20desenvolvimento%20local.pdf>>. Acesso em: 02 de Ago. 2011.
- FRANCO, A. Desenvolvimento, capital social e democracia. 2005. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/augustofranco/desenvolvimento-capital-social-e-democracia-franco/download>>. Acesso em 03 de Set. 2010.
- FRANCO, A. Fluzz: vida humana e convivência social nos novos mundos altamente conectados do terceiro milênio. São Paulo: Escola de Redes, 2011.
- FROEHLICH, J. M. O 'local' na atribuição de sentido ao Desenvolvimento. In: Textos CPDA. Rio de Janeiro: CPDA-UFRGS, 1999.

- FROEHLICH, J. M.; MONTEIRO, R. C. Interdisciplinaridade, técnica e desenvolvimento sustentável: debates e perspectivas. *Extensão Rural*, Santa Maria, v. 5, n. 5, p. 49-69, jan./dez. 1998.
- FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974/1996.
- GALVÃO, M. B. A. Globalização: arautos, céticos e críticos (1ª parte). *Política Externa*. São Paulo: Paz e Terra / USP, v.6, n.4, p. 36-88, mar./mai. 1998a.
- GIDDENS, A. As consequências da modernidade. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GIDDENS, A. Marx, Weber e o desenvolvimento do capitalismo. In: Max Weber & Karl Marx. Org. GERTZ, R. São Paulo: Hucitec, 1996.
- GUERRERO, M. G. La Red Social como Elemento Clave del Desarrollo Local: El caso de los Programas LEADER de Castilla y Leon. In: Actas III Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER), 1996.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Tradução: BARBOSA, R.; KOTHE, F. R. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MIELGO, A. M. A.; GUZMÁN, E. S. El discurso ecotecnocrático de la sostenibilidad. In: MARIN, A. C. (Coord.) Agricultura y Desarrollo Sostenible. Serie Estudios n. 97: Madrid, Ministerio da Agricultura e Pescas, 1995. p. 1-19.
- MORIN, E. Sociologia. Lisboa: Publicações Europa-américa, 1984.
- PECQUEUR, B. O Desenvolvimento Territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. *Raízes*, Campina Grande, v. 24, n. 01 e 02, p. 10-22, jan./dez. 2005.
- PIETERSE, J. N. The cultural turn in development: questions of power. In: *The European Journal of development research*. London: Frank Cass & Co. v. 7 n. 1. 1995. p. 176-192.
- PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia: experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- RIST, G. 'Development' as a Part of the Modern Myth: The Western 'Socio-Cultural Dimension' of 'Development'. *The European Journal of Development Research*, v. 2, n. 1, junho, p. 10-21, 1990.
- SACHS, W. Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SARDAR, Z. Beyond development: An Islamic perspective. In: *The European Journal of Development Research*. London: Frank Cass & Co. v. 8, n. 2, 1996, p. 36-55.
- SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- TUCKER, V. A cultural perspective on development. In: *The European Journal of development research*. London: Frank Cass & Co. v. 8 n. 2; 1996. p. 1-21.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. “Die Protestantische Ethik Und Der Geits des Kapitalismus”. In: Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik. – Tubinger, 1904/5. vols.: XX e XXI.

YRUELA, M. P.; GUERRERO, M. G. Desarrollo Local y Desarrollo Rural: el contexto del programa “Leader”. In: Papeles de Economía Española. n. 60-61, p. 219-223, 1994.